

EUA: decisão judicial põe em xeque ação afirmativa

Tribunal declara legal plebiscito de Michigan que aboliu raça e gênero como critério de seleção

FLAVIA BARBOSA
flavia.barbosa@oglobo.com.br
LAURO NETO
lauro.neto@oglobo.com.br

A Suprema Corte dos EUA considerou ontem, por seis votos a dois, constitucional o resultado de plebiscito de 2006 no Michigan que proibiu o uso de raça e gênero como critérios para seleção de candidatos pelas universidades públicas no estado, com apoio de 58% da população. Segundo o tribunal, os eleitores têm o direito de decidir a validade deste tipo de política pública e, com isso, foi chanceada a aprovação de leis que imponham esta restrição.

O resultado frustrou organizações educacionais e de defesa dos direitos civis, que esperam ataques renovados, nas legislaturas e nas urnas, a ações afirmativas para aumentar o acesso de negros, latinos e outras minorias ao ensino superior americano. Os EUA adotam as ações afirmativas há 50 anos.

Atualmente, outros sete estados americanos proíbem a adoção de raça como critério de escolha de universitários, entre eles Texas, Califórnia, Flórida e Washington. Em outros três estados, grupos da sociedade civil organizada trabalham para realizar plebiscitos pela proibição: Ohio, Missouri e Utah.

Desde que a proibição começou a valer, em 2008, a população negra do Michigan em idade de ingressar nas universidades aumentou, e hoje representa 19% dos jovens com 19 anos. Mas o número de calouros afro-americanos caiu nas duas principais instituições públicas de ensino

estaduais, de 7% para 5% do total. Em outros estados onde a proibição do critério é regra, os resultados são mistos. Na Flórida, negros ficaram em desvantagem, mas o acesso de latinos manteve-se constante. No geral, porém, a presença de minorias recuou.

O porta-voz da Casa Branca, Jay Carney, afirmou que o presidente Barack Obama, de forma geral, se opõe a políticas de cotas e prefere políticas universais de acesso à educação.

— Mas (Obama acha que) a consideração de raça, junto com outros fatores, pode ser apropriada em certas circunstâncias — disse Carney.

Shanta Driver, presidente da Coalisão em Defesa da Ação Afirmativa foi uma das advogadas que defenderam o veto à proibição na Suprema Corte, com apoio de outras 47 entidades.

— A decisão da Suprema Corte é racista e deixa clara a intenção do tribunal de nada fazer para defender o direito a igualdade de oportunidades, na política, em direitos, esperanças e aspirações dos cidadãos latinos, negros, nativos e de outras minorias.

COTAS FERIRIAM CONSTITUIÇÃO

Os juízes não mudaram o entendimento em vigor nos EUA de que o uso de raça como um dos critérios de seleção em processos educacionais está amparado pela Constituição. Ou seja, as políticas afirmativas em instituições públicas nos demais 42 estados americanos e no Distrito de Colúmbia continuam válidas.

Os defensores do resultado do plebiscito dizem que a preferência racial fere o direito de igualdade assegurado pela Constitui-



Cotas ou não? Bill Schuette, advogado-geral de Michigan, sobre a decisão da Suprema Corte: "é errado tratar as pessoas de forma diferente com base na cor"

NO BRASIL, COMISSÃO APROVA PLANO

EDUCAÇÃO PODE RECEBER R\$ 200 BILHÕES

A comissão especial da Câmara que analisa as mudanças promovidas pelo Senado no projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovou ontem o texto-base de autoria do relator, deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR). O projeto aumenta para 10% do PIB (Produto Interno Bruto) os gastos anuais da União, dos estados e dos municípios com ensino público, a partir do décimo ano de vigência da proposta. Em 2011, o país destinou 5,3% do PIB à educação.

A comissão retomará hoje a votação de destaques ao texto. Depois disso, o projeto seguirá ao plenário da Casa, onde ainda poderá sofrer alterações. Sendo aprovado, irá à sanção da presidente Dilma Rousseff, que tem a prerrogativa de vetar a proposta ou trechos dela. Vanhoni afirmou que a elevação dos gastos para 10% do PIB injetará cerca de R\$ 200 bilhões a mais por ano em educação, permitindo que o país dê um salto de qualidade.

Um dos destaques que começaram a ser debatidos

ontem definirão se gastos com programas como Universidade para Todos (ProUni), Pronatec e Ciências sem Fronteiras poderão ser contabilizados como investimentos em ensino público. Vanhoni defende que sim, com o argumento de que as vagas oferecidas por esses programas são públicas, ainda que as instituições de ensino que recebem o dinheiro sejam privadas. Já o líder do PSOL, deputado Ivan Valente (SP), pensa o contrário. Para Valente, a verba contabilizada como gasto público só deveria ir para instituições públicas.

O texto-base foi aprovado por 20 votos a favor e dois contra. A maioria dos deputados da comissão optou por manter a redação aprovada no Senado, que põe entre as diretrizes do PNE a superação de desigualdades educacionais "com ênfase na promoção da cidadania" e não constava na versão original da Câmara, que dizia: "com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". Estudantes contra e a favor da mudança lotaram o plenário da comissão.

ção federal e cria privilégios às avessas. O argumento básico do advogado-geral de Michigan, Bill Schuette, foi o de que "é fundamentalmente errado tratar as pessoas de forma diferente com base na sua cor de pele".

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, pela constitucionalidade das cotas raciais em 2012. No mesmo ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Cotas, que garante, até 2016, a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público.

Desses 50%, as vagas destinadas a autodeclarados pretos, pardos e indígenas devem respeitar o percentual mínimo dessas etnias na população do estado onde está instalada a instituição, com base no último censo do IBGE.

Segundo levantamento do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj, o número de vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas subiu 225% de 2012 para 2014. Naquele ano, quando a lei ainda não estava em vigor, havia 13.392 vagas separadas para entrada desse grupo nas universidades federais. Hoje são 43.613 vagas reservadas. O salto de 2012 para 2013, ano que entrou em vi-

gor a Lei de Cotas, foi de 175%.

Coordenador da pesquisa, João Feres Júnior considerou um retrocesso a decisão da Suprema Corte dos EUA. Segundo ele, as políticas de ações afirmativas americanas se estendem a empresas, que defendem a diversidade no quadro de funcionários.

— Há um custo alto em voltar atrás. Da última vez que tentaram abolir, entidades, instituições e empresas que têm interesse na ação afirmativa, como o exército americano, a IBM, a Microsoft e outras gigantes, saíram em defesa (das cotas). O pensamento é de que para ter uma corporação que atenda bem uma população bastante diversificada, você tem que ter quadros diversificados — diz Feres.

Um dos principais defensores das cotas raciais no Brasil, o frei David dos Santos, presidente da ONG Educafro, não vê problemas na decisão nos EUA.

— Um país que levou a sério um plano de inclusão deve ter o direito de fazer uma revisão, após 50 anos. Cada país tem sua dinâmica. A experiência brasileira é ainda uma "criança". Ela dará frutos mais eficazes do que a dos EUA e ajudará outros países. O Brasil deverá, oportunamente, fazer esta revisão (no futuro). Fazemos questão. É nosso compromisso. ●

O futuro do governo da internet em debate

Conferência Net Mundial, em SP, pode redefinir rumos da rede

ANDRÉ MACHADO
amachado@oglobo.com.br

Pode ser dado a partir de hoje um passo importante para a internet. Será discutido até amanhã no evento Net Mundial em São Paulo um documento cujas diretrizes podem flexibilizar a governança da grande rede, apontando para uma futura web mais democrática.

O evento começou a tomar forma após as revelações do ex-técnico da CIA Edward Snowden sobre a cibervigilância da NSA, que atingiu vários países e espionou a presidente Dilma Rousseff e a chanceler alemã Angela Merkel. Nele estarão presentes, além da própria Dilma, os pais da internet (Vint Cerf) e da web (Tim Berners-Lee), bem como representantes da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e da Icann, órgão que cuida dos servidores raiz e dos domínios (endereços) da rede.

No site do Net Mundial (netmundial.br/pt/) já há um texto-base com mais de 180 contribuições dos participantes, abordando temas como liberdade de expressão e de associação on-line, privacidade, segurança e neutralidade. A ideia é que



Mudança. A Icann, que cuida dos domínios na rede, admitiu flexibilização na governança; espionagem da NSA foi fator

saia da conferência uma espécie de declaração universal dos direitos humanos na internet e um roteiro para a futura governança da rede, hoje exercida pela Icann, ligado aos Estados Unidos. O órgão já admitiu há alguns meses a necessidade de um governo multissetorial.

— A versão atual do texto ainda não é suficiente, mas estamos fazendo reuniões com a sociedade civil internacional de modo que sejam reforçadas as definições de temas como a

proteção à vigilância e a neutralidade da rede — diz Joana Varon, pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV. — Este evento visa a suprir uma lacuna na governança da internet, e o equilíbrio entre governos, empresas e a sociedade civil, tradicionalmente o elo mais fraco da corrente, precisa ser estabelecido.

Demi Getschko, um dos pais da internet brasileira e presidente do NIC.Br, braço executivo do Comitê Gestor da Internet no

Brasil (CGI-Br), afirmou à Reuters que a reunião visa a tomar a internet mais livre e aberta.

— Esperamos que dela saia algo com o máximo denominador comum — disse ele.

Para Joana, é preciso caprichar bastante no texto para detalhar as definições e a transição para a futura governança em potencial:

— Depois das revelações de Snowden, os países ricos não podem mais dizer que deve ficar tudo como está. ●

FILHA DO CIBERESPAÇO

Web dá nome a menina no Canadá

Amelia ficou em 2º lugar. Nome mais votado foi Cthulhu

Quando Amelia Savannah McLaughlin crescer, ela terá uma bela história para contar. Em vez de pais, familiares ou amigos, quem escolheu o seu nome foi a internet. O pai da menina, o canadense Stephen McLaughlin, criou o site namemydaughter.com, pedindo que internautas enviassem sugestões e votassem nos nomes sugeridos. Claro, a mãe, Alysha, teria o poder de veto:

"Eu conheço bem a internet para confiar em vocês. Mas tomaremos a decisão final, para minha filha não se chamar WackyTaco692. Me desculpem, minha esposa não aceitaria toda essa liberdade", escreveu Stephen no site.

A menina nasceu no dia 7 de abril. Antes, por três meses, o site recebeu algumas sugestões bizarras, como Megatron, Not Zelda, Salad e Streetlamp. Segundo o site canadense Global News, foram cerca de 150 mil votos, e Amelia — em referência à personagem Amy Pond, da série "Doctor Who" — ficou em segundo lugar. O nome mais votado foi Cthulhu All-Spark McLaughlin. ●



Veto. Os pais de Amelia Savannah descartaram o nome mais votado